

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	7
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	11
NOTAS PRÉVIAS.....	17
PREFÁCIO	19
NOTA DE APRESENTAÇÃO	23
ABSTRACT.....	25
RESUMO.....	27
INTRODUÇÃO.....	29
I. Preliminares: Justificativa, contornos do tema e metodologia adoptada	29
II. Princípios conformadores da relação jurídica de consumo	42
III. Plano de exposição	47
IV. Precisão do objecto da indagação e de conceitos instrumentais.	53
V. Do esquema contratual clássico à massificação dos contratos	57
VI. Do Direito Civil como núcleo duro do Direito do Consumidor.	65
VII. Questão terminológica e eventual autonomia do Direito do Consumo	75
VIII. Principais conclusões	79

CAPÍTULO I RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO

1. Dos sujeitos da relação jurídica de consumo: conceitos de consumidor e de fornecedor.	81
---	----

2. Do objecto da relação jurídica do consumo: direitos dos consumidores	91
2.1. Sobre o direito de arrendimento nos contratos de consumo e a tutela do contraente mais vulnerável	102
3. Principais conclusões	110

CAPÍTULO II

SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO E MATÉRIAS CONEXAS

1. Breve excuro histórico, estrutura, regulação e supervisão do sector financeiro	113
2. Sobre a importância da regulação e da supervisão do sector financeira, em especial em tempo de crise.	136
2.1. Sobre a regulação financeira	141
2.2. Sobre a autorregulação, ausência de regulação e desregulação. . .	152
3. Responsabilidade civil do supervisor.	156
4. Sobre os fundos de garantia de depósitos	174
5. Crise financeira e económica internacional e alteração das circunstâncias	182
6. Sobre o contrato de depósito bancário: transferência da titularidade dos fundos e do risco	191
7. Concessão de crédito e tutela dos consumidores	200
8. Fontes partilhadas do Direito dos Consumidores	213
8.1. Um olhar sobre a Constituição da República.	214
8.2. Figurino da tutela dos consumidores no quadro do Código Comercial, da Lei de Defesa do Consumidor e do Regulamento de cartões bancários	218
9. Principais conclusões	227

CAPÍTULO III

CATÁLOGO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS PROIBIDAS NO CÓDIGO COMERCIAL, NA LEI DE DEFESA DO CONSUMIDOR E NO REGULAMENTO DE CARTÕES BANCÁRIOS

1. Um olhar de relance sobre as cláusulas contratuais gerais ínsitas no Código Comercial, na Lei de Defesa do Consumidor e no Regulamento de cartões bancários	235
--	-----

2. Sobre o conteúdo das cláusulas contratuais gerais	242
3. Condições de validade das cláusulas contratuais gerais	261
4. Do controlo das cláusulas contratuais proibidas	265
5. Sobre a interpretação das cláusulas contratuais gerais	269
6. Principais conclusões	272

CAPÍTULO IV

DEVERES A CARGO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO
COM RELEVÂNCIA NA PROTECÇÃO
DOS CONSUMIDORES FINANCEIROS

1. Sobre o dever legal de informar	275
2. A problemática da publicidade enganosa	283
3. Aspectos processuais de defesa dos consumidores em face de publicidade enganosa	291
4. Das regras de conduta impostas às instituições de crédito e sociedades financeiras – a autonomia das relações com clientes e a incidência da supervisão comportamental	295
5. Regime de comissões e outros encargos	305
6. Provedoria dos consumidores: o acesso à justiça e à resolução extrajudicial de litígios em matérias de consumo	308
7. Códigos de conduta bancária e autorregulação	314
8. <i>Ius variandi</i> e contratos bancários	322
8.1. <i>Ius variandi</i> e queda do indexante – sobre a eventual validade das cláusulas solo e tecto	334
9. Principais conclusões	337

CAPÍTULO V

BANCA ELECTRÓNICA E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO
DOS MEIOS DE PAGAMENTO CASHLESS

1. Regime jurídico dos cartões de pagamento	339
2. Sobre a forma e o conteúdo do contrato de emissão de cartões bancários – sua relevância na protecção dos usuários	345
3. Transferência electrónica de fundos e repartição do risco	351

CAPÍTULO VI
SÍNTESE CONCLUSIVA

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	369
PRINCIPAL LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA.....	397
JURISPRUDÊNCIA DE REFERÊNCIA	403